



SUBSÍDIOS

Reprodutibilidade em ciência da religião

Reproducibility in the study of religion

Fábio L. Stern*
Jailton Kuhnen**

Resumo: Este artigo descritivo-prepositivo apresenta considerações sobre reprodutibilidade e falseabilidade na ciência da religião. O texto foi dividido em duas partes, apresentando inicialmente as definições de reprodutibilidade e falseabilidade nas ciências, e como isso é operacionalizado entre saberes científicos e pseudocientíficos. Na segunda parte, discutiu-se a questão da reprodutibilidade dentro da ciência da religião, apresentando propostas metodológicas de como assegurar o pressuposto de falseabilidade em produções de cientistas da religião.

Palavras-chave: Falseabilidade. Refutabilidade. Metodologia. Método. Teoria da ciência.

Abstract: This descriptive-prepositional article presents considerations on reproducibility and falsifiability in the scientific study of religion. The text is divided into two parts. Initially, it presents the definitions of reproducibility and falsifiability, and how science and pseudoscience operationalize them. The second part discusses the reproducibility within the scientific study of religion, presenting methodological proposals on how to ensure the assumption of falsifiability in the productions of scholars of religion.

Keywords: Falsifiability. Refutability. Methodology. Methods. Theory of science.

Introdução

O presente trabalho se apresenta como um artigo descritivo-prepositivo sobre a questão da falseabilidade e reprodutibilidade nas pesquisas em ciência da religião, tendo como público alvo os estudantes. A produção desta proposta partiu do esquema tríptico de Platvoet (1982, pp. 4-6), de que a atitude teórica de cientistas da religião é caracterizada pelo (1) reconhecimento de que existem muitas religiões e que nenhuma pesquisa científica sobre elas será objetiva, a menos que julgamentos inculcados pela própria cultura e visão religiosa do pesquisador sejam postos de lado; (2) a inserção da abordagem ética para analisar o conteúdo êmico observado em campo; e (3) a apresentação dos métodos e resultados de maneira coerente, que permita a reprodutibilidade por outros cientistas. Embora os dois primeiros pontos tenham sido discutidos em um artigo recentemente publicado no periódico *Relégens Thréskeia* (cf. Stern, 2020), até o momento não havia uma discussão mais aprofundada sobre reprodutibilidade em ciência da religião publicada em língua portuguesa.

* Estagiário PNPd/CAPES pelo PPG em Ciência da Religião da PUC-SP (São Paulo-SP). Doutor em Ciência da Religião (PUC-SP, São Paulo-SP). ORCID: 0000-0001-5642-0299 – contato: caoihim@gmail.com

** Graduando em Administração na FMP (Palhoça-SC). Especialista em Acupuntura (FACTES, Florianópolis-SC). ORCID: 0000-0003-2061-3843 – contato: jailton.kuhnen@aluno.fmpsc.edu.br

O texto atual está organizado em duas seções. Na primeira, objetivou-se apresentar brevemente o que é reprodutibilidade e falseabilidade e sua aplicabilidade nas ciências humanas, seguindo por uma discussão sobre como esses dois pilares da ciência moderna sofrem ampla resistência das pseudociências – empreitadas que se consideram científicas, mas que não são reconhecidas academicamente como ciências. Na segunda metade, discute-se modos de se assegurar o pressuposto de falseabilidade em produções de cientistas da religião, apresentando algumas dicas metodológicas simples para estudantes garantirem uma delimitação mínima de hipóteses, organização do texto, descrição de hipóteses e apresentação formal de critérios de inclusão e exclusão no caso de pesquisas bibliográficas.

Reprodutibilidade nas ciências humanas

Segundo Hansson (2017), a ciência é considerada pela maioria dos acadêmicos como constituída por métodos de investigação em detrimento de doutrinas particulares. O motivo de ter alcançado tamanho *status* social no início da Idade Moderna se deu pelos seus benefícios e pela eficácia do método científico, o que fez com que se tornasse a fonte de conhecimento mais confiável numa ampla variedade de áreas (p. ex. saúde, guerra, engenharia, construção, exploração, produção e armazenamento de recursos etc.). Como tal, Hanegraaff (2017, p. 408) identifica uma virada cultural nas sociedades modernas em que o indivíduo passou a ser educado para respeitar uma suposta autoridade máxima da ciência ao invés da autoridade da tradição.

A ciência possui como pressuposto metodológico a aceitação de nada como verdadeiro a menos que se apresente de forma tão clara que não se possa mais refutar. Esse modo operante tenta desacreditar uma hipótese ao ponto de se esgotarem as possibilidades, declarando-a, então, como verdadeira. Isso significa que nada na ciência é considerado tão insuspeito que não possa ser colocado em xeque no futuro. Nas palavras de Fourez (1995, p. 65), “não se pode dizer jamais que os resultados empíricos nos ‘obrigam’ a ver o mundo de tal ou tal maneira”, pois novos experimentos poderão apresentar um resultado divergente. Os coletivos científicos buscam a replicação dos resultados de seus pares, mantendo sempre a possibilidade de reformulação das teorias vigentes. “Na prática, os cientistas avançam em suas pesquisas procurando determinar os limites dos modelos utilizados; tentam mostrar como os modelos são ‘falsos’, a fim de poder então substituí-los” (Fourez, 1995, p. 71).

Como explica Moresi (2003, p. 26), ao contrário de buscar a confirmação da hipótese (dedução do cotidiano), o método científico segue pelo caminho contrário: cientistas buscam evidências empíricas para derrubá-la. Quando não conseguem falsear a hipótese, ela é declarada verdadeira por exclusão. Nesse sentido, a inferência científica e a inferência religiosa são destoantes, visto que a fé funciona de modo inverso: o crente acredita de antemão no pressuposto da religião e busca reafirmar a crença a todo custo. A implicação imediata disso é que “só se aceitará como discurso científico o discurso a respeito do qual se possa eventualmente determinar uma situação em que o modelo poderia não funcionar” (Fourez, 1995, p. 71). Isso é o que se chama de *pressuposto de falseabilidade* na ciência, algo, portanto, intimamente relacionado com a própria busca por reprodutibilidade.

Certamente os conceitos e delimitações de ciência foram muito discutidos por diversos autores no decorrer do tempo, e uma revisão completa disso fugiria ao escopo deste artigo. Entretanto, vale ressaltar que como as ciências humanas trabalham com atribuição de valores em um ambiente de variáveis muito menos controláveis do que as ciências duras, não é incomum encontrarmos agentes que declaram que a reprodutibilidade é algo impossível para as humanidades.

Uma das principais críticas contra as ciências humanas e sociais é sua tentativa de imitar as ciências naturais. Toda a ideia de falseio e verificação só pode ocorrer, se é que de fato ocorre – assim dizem os críticos –, nas ciências sociais mais matemáticas. A chave para esta abordagem é criar o ambiente de trabalho necessário para a busca desse tipo de ciência. Mas na maioria dos projetos científicos das humanidades é impossível eliminar ou reduzir as variáveis a fim de isolar as invariáveis. De fato, o principal objetivo de tais projetos é iluminar um tópico a partir do maior número possível de perspectivas e disciplinas, o que por consequência complica as variáveis ao infinito (Geertz, 2013, p. 286, tradução nossa).

Essa opinião, todavia, jaz num entendimento errôneo do que Popper (2001, pp. 41ss) falou sobre a reprodutibilidade e a falseabilidade na ciência. Embora fosse ele próprio um empirista, ao lançar sua teoria da ciência, Popper problematizou o empirismo, causando rebuliço na academia da época ao declarar que as conclusões do método empírico jamais poderiam ser absolutas. O conhecimento científico pós-Popper se considera apenas uma *aproximação da realidade*, e não a própria realidade. Em outras palavras, tudo na ciência é transitório, e uma teoria hoje tida como consensual amanhã poderá ser falseada à luz de novos fatos.

Popper (2001, pp. 42) falava da reprodutibilidade nas ciências como relacionada à delimitação de soluções a problemas que possam ser empiricamente testados. Posteriormente, ele também aplicou tal atitude teórica às humanidades:

O método das ciências sociais, como aquele das ciências naturais, consiste em experimentar possíveis soluções para certos problemas [...] As soluções são propostas e criticadas. Se uma solução proposta não está aberta a uma crítica pertinente, então é excluída como não científica [...] Se a solução tentada está aberta a críticas pertinentes, então tentamos refutá-la, pois toda crítica consiste em tentativas de refutação. [...] Se ela resiste à crítica, aceitamo-la temporariamente; e a aceitamos, acima de tudo, como digna de ser discutida e criticada mais além (Popper, 2004, p. 16).

A reprodutibilidade nas ciências humanas, portanto, diz respeito a possibilitar aos pares acadêmicos verificar se os dados, a análise e a tese apresentados no estudo se sustentam. Não se trata de chegar aos mesmos resultados, como comumente os críticos entendem, mas de conseguir reconstruir o projeto da pesquisa, o percurso teórico e metodológico, visando sua verificação. Como explica Hanegraaff (1996, pp. 6-7), ao permitir que nosso trabalho receba críticas e possibilidade de verificação, tanto pela referência ao material quanto por sua coerência e consistência no contexto científico geral, estamos fazendo ciência.

Sendo o conhecimento científico caracterizado pelo conhecimento verificável, tais exigências não se reduzem a um mero formalismo. Como a ciência é determinada pelo pressuposto de falseação, a descrição correta das fontes de referência e do percurso teórico são o mínimo esperado de um trabalho científico, seja nas ciências humanas ou nas ciências duras. Permitir o percurso de reprodutibilidade constitui procedimento

básico altamente valorizado na academia. Ignorar ou dificultar a reprodutibilidade, em contrapartida, é entendido como má conduta científica pela comunidade acadêmica (cf. FAPESP, 2014), além de poder ser enquadrado como crime de acordo com a Lei Federal 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Brasil, 1998).

Pseudociências e reprodutibilidade

Desde o Iluminismo observamos correntes que tentaram frear ou refutar o paradigma científico na sociedade. Segundo Baudrillard (1991), isso se tornou ainda mais sintomático a partir da revolução midiática. Sua obra apresenta uma discussão aprofundada sobre a “verdade” e uma teoria bastante polêmica de que a sociedade contemporânea vive apenas “simulações da verdade” criadas por símbolos propagados pelo excesso de informação das comunicações em massa. Não é objetivo aqui adentrar nesses aspectos mais específicos da teoria de Baudrillard, mas é de interesse sua posição de que o excesso de informação fez com que as pessoas não conseguissem distinguir o que é fato ou não, podendo acreditar em narrativas que, em última instância, alimentam-se de suas opiniões e, ao mesmo tempo, manipulam-nas.

Essa fragilidade social, seja voluntariamente ou não, fomenta movimentos que passaram a se apoiar em elementos da ciência com o objetivo de se assemelharem a ela, mas que, na realidade, disputam com ela o mesmo espaço social, carregando apenas uma camuflagem científica para hipóteses e convicções formuladas por crenças, doutrinas, dogmas ou mesmo visões particulares do mundo. Os expoentes desse movimento são classificados como *pseudociências*, do prefixo *pseudo-*, “falso” em grego. Embora muitas vezes dialoguem de perto com os negacionistas, que objetivamente defendem que o conhecimento científico não é válido, os pseudocientistas querem usar a legitimidade social das ciências para validar as suas narrativas não científicas. Quando tais grupos conseguem operar a mídia a seu favor, seu impacto se torna bastante acentuado, podendo, inclusive, rivalizar com o discurso científico.

Segundo Hansson (2017), o termo “pseudociência” foi utilizado pela primeira vez em 1796 para descrever a alquimia, e a partir da década de 1880 começou a ser empregado cada vez mais com um caráter indubitavelmente difamatório, sempre para relatar afirmações que se autoapresentam como plausíveis ou baseadas na ciência, mas que não são justificáveis pelo método científico. Muitas formas de misticismo do século XIX (p. ex. mesmerismo, antroposofia, espiritismo, parapsicologia) tentaram se apresentar como “ciências ocultas” à sociedade. Mas não se trata de um fenômeno do passado. Dentre alguns casos existentes até hoje, podemos citar a homeopatia, a astrologia, o terraplanismo, a ufologia e o misticismo quântico. Em 2020, também observamos fortes buscas por um elixir mágico para a COVID-19, como a indicação de ozonioterapia anal ou de cloroquina e ivermectina mesmo após sua eficácia para a doença ter sido falseada pela ciência.

As pseudociências costumam se aproveitar da dificuldade social de se definir o que é ciência e do excesso de informação que confunde a sociedade. Nesse sentido, dependem das *concepções populares sobre ciência* – e não da ciência em si – para se difundir. As pseudociências muitas vezes clamam pelo abandono parcial ou momentâneo do método científico, alegando que, assim, uma ciência outra seria possível, sem “perseguições

ideológicas”. No fim das contas, o que desejam não é algo imparcial, mas abarcar suas crenças e opiniões, mantendo-as sob o bastião de algo validado enquanto ciência. No campo das religiões, um exemplo bastante corriqueiro é o da “psicologia cristã”, que, em muitas instâncias, é um sinônimo para terapias de conversão sexual (“cura gay”) em detrimento de inúmeras pesquisas da psicologia científica demonstrarem que tais práticas são ineficazes e danosas à saúde psicoemocional.

Outra estratégia comum utilizada pelas pseudociências se baseia na capacidade evolutiva inerente à própria ciência. Popper (1962) comentava que algo de que hoje a ciência não dá conta pode, amanhã, tornar-se uma teoria científica estável. Essa lógica, apesar de fazer parte do processo de construção da ciência, acaba por ser apropriada pelas pseudociências sob o artifício da alegação de que a ciência atual ainda não possui ferramentas adequadas para abordar a totalidade dos eventos. No movimento da Nova Era, por exemplo, há inúmeros exemplos de grupos que defendem um novo paradigma científico que possa “provar” a espiritualidade, descartando o pressuposto de falseabilidade para declarar de antemão que coisas espirituais existem (cf. Leite, 2020).

Com o intuito de instrumentalizar a identificação de pseudociências, Hansson (2017) estabeleceu sete práticas que ferem critérios científicos mínimos: (1) o *argumento da autoridade* tem mais valor que a *autoridade do argumento*, ou seja, dependendo de quem afirma determinadas coisas, o discurso se torna inquestionável; (2) impossibilidade de reprodutibilidade dos experimentos; (3) a amostragem por julgamento é quase sempre a regra, com desprezo pelas amostras probabilísticas e randômicas; (4) relutância em testar hipóteses; (5) resistência em abandonar teorias mesmo após elas terem sido refutadas; (6) metodologia artilosa¹, ou seja, a pesquisa é de tal forma organizada que o resultado poderá somente confirmar a hipótese, nunca refutá-la; e (7) exclusão de certas partes da teoria ou paradigma evocado, mesmo que sejam ainda sustentáveis, caso não apoiem a argumentação apresentada. Uma pseudociência não necessariamente precisa se enquadrar em todos os sete critérios. A ocorrência de apenas um deles já é considerada um problema grave para qualquer produção que se preze como científica.

Se as pseudociências não conseguem se passar por científicas, a segunda etapa é tentar vilipendiar a ciência oficial, aproximando-se do negacionismo. Uma forma de ataque é combater algum ramo da ciência que confronte a narrativa do grupo. Um exemplo comum é a alegação pseudocientífica de que o holocausto nazista nunca ocorreu, apesar de sua ampla comprovação histórica. Como tal, difamam-se todos os ramos da ciência que produziram saber sobre esse fato, usualmente dizendo que eles são “ideológicos”. Outra forma de ataque é a tentativa de rebaixar um fato científico à mera questão de opinião. Com isso, tenta-se esvaziar a legitimidade do fato, recaindo em falácias lógicas, falsificação e no *argumentum ad hominem*. O objetivo é macular o cientista para o grande público, relativizando os fatos. Se ninguém tem credibilidade, então todas as fontes voltam a competir em nível de igualdade, sejam elas fatuais ou não.

Um exemplo desse fenômeno com íntima relação com a religião é o criacionismo. Em uma de suas formas mais atuais, denominada “teoria do *design* inteligente”, criacionistas negam a evolução das espécies defendendo a existência de uma consciência superior

1 A FAPESP (2014, p. 31) chama isso de *falsificação*, quando o pesquisador adultera os resultados para adequá-los de modo a atingir objetivos escusos.

como condição imprescindível à existência da vida. Apesar de não definir abertamente o que é essa inteligência superior, a teoria do *design* inteligente não passa de uma reformulação da gênese bíblica, elaborada unicamente para apoiar a interpretação teológica de que a vida vem de Deus. Líderes político-religiosos conseguiram forçar essa linha de pensamento na matriz curricular de ciências em diversas escolas dos Estados Unidos, e há projetos para repetir o mesmo no Brasil (cf. Brasil, 2011; 2014; 2015; 2016; 2017). Com isso, traveste-se um conhecimento teológico como se fosse científico, ao mesmo tempo em que se critica a teoria da evolução das espécies, tentando transformar o fato científico em mera questão de opinião ou crença pessoal.

Agendas religiosas frequentemente influenciam as pseudociências, motivo pelo qual qualquer pretendente a cientista da religião precisa estar atento se sua pesquisa está pensando mais ao religionismo (pseudociência) do que à agenda científica. Religionismo² é uma forma de ideologia que visa afirmar o discurso religioso. Logo, é uma inferência dedutiva de lógica circular: o estudante “já sabe” que aquele deve ser o resultado da argumentação, pois assim preconiza a religião, que é aceita sem discussão. Porém, na ciência não existem discursos inquestionáveis, motivo pelo qual o religionismo e a ciência são inconciliáveis. Como o religionismo é inconsciente a quem acredita, o estudante que também é religioso deve sempre se policiar ou evitar pesquisas sua própria religião.

A religião, todavia, não é a única que tenta subestimar a atividade científica. Motivações econômicas também podem estar por trás da prática pseudocientífica (p. ex., negacionismo climático), assim como motivos políticos, conforme vivenciamos no caso do Brasil durante a pandemia da COVID-19. E em alguns casos, pode haver uma mescla de motivos, com a religião, a política e o mercado agindo em conjunto na promoção de conhecimento pseudocientífico (p. ex. eugenia e darwinismo social).

Seguindo as discussões até aqui alinhavadas, compilamos na Tabela 1 como os dois tipos de saberes lidam diferentemente com a questão da reprodutibilidade:

Tabela 1 – Diferenças sobre reprodutibilidade entre ciências e pseudociências

| Ciências | Pseudociências |
|--|---|
| Previsibilidade: a teoria é confirmada por diferentes pessoas que observaram resultados similares em circunstâncias similares. | Imprevisibilidade: diferentes pessoas chegam a diferentes resultados em circunstâncias similares, não permitindo estabelecer um padrão. |
| Pressuposto de falseabilidade: tentativa inicial de falsear a hipótese, declarando-a verdadeira apenas posteriormente, por exclusão. | Pressuposto de veracidade: busca por ratificar a hipótese de antemão, resistindo à tentativa de testá-la de fato. |
| Simplificação: descarte de suposições e variáveis desnecessárias para facilitar uma possível falseabilidade. | Superexplicação: excesso de variáveis e modelos complexos que dificultam ou impossibilitam uma possível falseabilidade. |
| Abandono e superação de teorias falseadas. | Resistência a abandonar teorias falseadas. |

Fonte: elaboração dos autores (2021).

² Um exemplo caricato de religionismo é dizer que a Bíblia “prova” a existência de Deus porque nela está escrito que se trata da palavra de Deus. Porém, religionismos não são exclusividades do cristianismo, e podem ocorrer de formas bem mais sutis, seja no caso de estudantes que buscam comprovar que suas práticas religiosas “funcionam” ou daqueles que estudam para atestar a supremacia ou a identidade de sua própria tradição.

Garantindo a reprodutibilidade na ciência da religião

Como podemos perceber, a falseabilidade é um importante fator de divisão entre um conhecimento científico e uma pseudociência. Logo, é essencial possibilitar a falseabilidade em qualquer estudo que se pretenda científico sobre as religiões. No Brasil, visto que a institucionalização de quase todo programa de ciência da religião se deu historicamente por agentes não científicos (igrejas, catequistas, sacerdotes, agentes religiosos etc.)³, tal discussão se torna ainda mais urgente aos seus estudantes. O objetivo acadêmico de um cientista da religião deve ser pesquisar as religiões (ciência *sobre* as religiões), e não tentar adequar o método científico a quaisquer dogmas religiosos.

Zeba Crook (2016 apud Sheedy, 2016) declara que cientistas da religião não podem operar diferentemente de outros cientistas só por causa de seu objeto. Se nos pretendemos científicos, não podemos escolher convenientemente quais pontos da ciência são adequados e quais descartar. Ainda que possa também ser uma pessoa religiosa na vida privada, um cientista não está na academia para fazer religião, mas para fazer ciência. Logo, tentar justificar uma postura não científica pelas idiossincrasias da religião é algo inadequado na universidade. Ao invés disso, Platvoet (1982, p. 6) sugere buscarmos a reprodutibilidade e possibilitar aos nossos pares a verificação dos nossos métodos e resultados, assim como fazem todas as outras ciências.

Entretanto, possibilitar uma pesquisa falseável não significa uma busca por falsear a própria religião. Em vários outros lugares foi debatido como o *agnosticismo metodológico* é um constituinte inalienável ao trabalho dos cientistas da religião e nossa principal fronteira disciplinar (cf. Bahia, 2018, p. 212; Costa, 2019, pp. 44-45; Costa, Marchini, 2017, p. 21; Hanegraaff, 2017, p. 235; Harvey, 2011, p. 224; McCutcheon, 1999, pp. 15-19; Roof, 2011, p. 76; Santos, 2018, p. 162; Sheedy, 2016, pp. 299-230; Stern, 2018, pp. 12-13; Stern, 2020, p. 153; Stern, Costa, 2017, p. 86; Usarski, 2006, p. 126; Usarski, 2013, p. 51; Wiebe, 1998, em especial cap. 5). Isso implica que tudo o que está para além do agnosticismo metodológico – seja para afirmar ou refutar uma crença – já não faz mais parte da disciplina ciência da religião.

[...] os cientistas não devem desqualificar os apelos ao sobrenatural dos praticantes religiosos como nada além de ilusões, falsa consciência, hábitos inapropriados, patologias [...] Um cientista que trabalha num paradigma materialista [...] parte do reconhecimento que os apelos dos adeptos ao sobrenatural, deus(es), ao sagrado ou ao santo possuem consequências materiais poderosas sobre como eles constroem suas identidades, narrativas, práticas e meio ambiente. Assim, cabe aos cientistas da religião levar a sério o mundo vivido pelo ator nativo e explorar as condições biológicas, sociais e históricas que tornam possíveis as experiências religiosas (Vásquez, 2011, pp. 5-6, tradução nossa).

Segundo Halpern e colaboradores (2007), a questão da reprodutibilidade na ciência da religião está relacionada a apresentar evidências e teses que possam ser contestadas. Muitos trabalhos sobre religião são interessantes, mas não se sustentam no que diz respeito à possibilidade de os dados serem postos à prova. Nas palavras dos autores, “se você está afirmando coisas que nenhuma evidência concebível poderia refutar, você não está afirmando nada [cientificamente] interessante – mesmo que todos concordem com

3 Para maiores informações do papel da teologia na abertura de programas de ciência da religião no Brasil, ver Costa (2019, cap. 3, em especial pp. 52ss).

você” (Halpern et al., 2007, p. 15, tradução nossa). Aqui os autores não falam apenas sobre conceitos que extrapolam o paradigma naturalista do agnosticismo metodológico, mas também das argumentações que simplesmente não contêm dados refutáveis ou cuja falsibilidade/validação exigiria um volume sobre-humano de conhecimento a ser testado.

Se o estudante alega, por exemplo, que o sagrado existe, que se manifesta e é algo transcendente, inefável e tremendo, cuja experiência é um mistério, não há muita margem para qualquer verificação. Como testar uma experiência mística sem cruzar as fronteiras do agnosticismo metodológico? Como refutar um argumento se ele é tratado como manifestação divina? Como falsear algo metaempírico, como os valores de um grupo ou suas crenças? Retornando ao paradigma colonialista, denunciado por Murphy (2018) na ciência da religião, de classificar determinadas tradições como mais “éticas” e “evoluídas”, e outras como mais “selvagens”, “místicas” ou “primitivas”? Crítica da religião não é ciência. É por isso que Vásquez (2011, p. 5) afirma que, como cientistas, devemos nos focar nos aspectos humanos das religiões, em sua dimensão material.

Pegando outro caso, se um estudante escreve que a Bíblia é a palavra de Deus, tal frase, ainda que muitas pessoas concordem com ela, é uma simples afirmação que não pode ser refutada ou falseada. Como diz Merton (2013), a ciência é um sistema de atividades caracterizado por uma postura de “ceticismo organizado”, no qual cientistas criticamente suspeitam dos materiais com os quais entram em contato. A postura padrão de todo pesquisador é a de desconfiar até mesmo das informações que lhes parecem mais óbvias, buscando outros dados empíricos que, em conjunto, permitam atestar ou falsear as teses apresentadas. Existe grande diferença entre dizer “a Bíblia é a palavra de Deus” (não falseável) e dizer “*peças acreditam* que a Bíblia é a palavra de Deus” (algo possível de verificação empírica).

Sobre os estudos inverificáveis, Halpern e colaboradores (2007) falam das amplas generalizações que precisariam de um cabedal de conhecimento impossível de ser alcançado em uma única vida para que pudessem ser testadas. Se alguém defende, por exemplo, que nas religiões afro-brasileiras as visões de divindade possuem mais nuance do que em outras religiões, como alguém conseguiria verificar todas as tradições para atestar a validade de tal tese? Temos, aí, um escopo muito amplo. Para provar essa afirmação, o cientista precisaria realizar uma comparação imensamente complexa, demonstrando que todas as outras visões religiosas são menos matizadas. É por conta disso que Platvoet (1982, p. 6) defende que amplas abstrações em busca de um maior paralelismo entre religiões diferentes não podem ser toleradas, pois retiram o caráter científico da pesquisa, diminuindo a qualidade pela qual os fatos são examinados.

Para que não caiam em tais armadilhas, a seguir serão apresentadas algumas técnicas metodológicas muito simples que estudantes de ciência da religião podem aplicar e garantir um maior pressuposto de falseabilidade em seus estudos. Não é objetivo esgotar tais técnicas, mas apenas apresentar uma direção de por onde começar e em que se aprofundar nos estudos mais gerais de metodologia científica.

Crerios de inclusão e exclusão nas revisões bibliográficas

Todo cientista é um ser humano. Mesmo se tivesse condições materiais para tal (o que também é impraticável), não é possível alguém absorver todo o conhecimento

produzido pela humanidade. Existe um limite cognitivo na condição humana. Nesse sentido, uma pesquisa científica exige uma delimitação daquilo que o estudante, de fato, pode acessar. Essa etapa, além de ser importantíssima para estabelecer o escopo de um trabalho, atende à exigência formal de reprodutibilidade nas ciências.

Em primeiro lugar, o estudante deve delimitar onde buscará pelo estado da questão. Isso pode ser feito adotando, por exemplo, a leitura dos periódicos da própria disciplina. A lista de todos os periódicos da nossa área de avaliação está disponível no *website* da ANPTECRE. Mas o estudante pode ampliar a busca para incluir também as teses e dissertações defendidas pelos programas de ciência(s) da(s) religião(ões). O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES permite buscar dissertações e teses de todos os PPG recomendados pelo órgão. Ao utilizar os filtros do portal, o pesquisador pode restringir a busca por ano, área de avaliação e até mesmo pelo nome dos programas. Diversos outros critérios podem também ser adotados, como a busca em bancos de dados e indexadores científicos, mas a leitura dos próprios periódicos da área e de suas dissertações e teses é o mínimo esperado para um estado da questão descente.

Após definir *onde* buscar, o estudante precisa delimitar *quando* buscar. Um estado da questão que leva em consideração toda a produção científica já produzida tende a ser absurdamente grande, e o pesquisador poderá não ter tempo hábil para esgotar todas as fontes. Nesse sentido, nas ciências humanas é comum que as publicações dos últimos cinco anos sejam consideradas nessa etapa. Entretanto, dependendo do tema, pode ser necessário ampliar esse período cronológico. Quanto maior o grau da delimitação temática, menor será o número de literatura sobre o assunto. Ou seja, elaborar o estado da questão de um projeto sobre catolicismo no Brasil, por exemplo, retornará um número exponencialmente superior de textos a serem analisados do que uma pesquisa sobre o islã. O estudante que pretende construir um projeto sobre o islã no Brasil talvez precise considerar também estudos anteriores ao período padrão de cinco anos, para que consiga ter um número mínimo de fontes.

Por fim, o estudante precisa identificar *o quê* buscar. Aqui falamos das palavras-chave utilizadas para localizar esses documentos. Ao acessar os periódicos ou o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o estudante precisará digitar alguma coisa no campo de pesquisa. Tais palavras-chave precisam ser discriminadas objetivamente no projeto de pesquisa, para deixar claro o que foi pesquisado.

Quando o cientista delimita tais critérios, que levaram determinados trabalhos a entrarem ou não no escopo de seu estudo, ele clarifica materialmente qual foi o percurso metodológico que elaborou a sua revisão. Em outras palavras, aqui existe um pressuposto de falseabilidade, pois outros pesquisadores, se assim desejarem, poderão refazer o mesmo percurso para verificar os resultados demonstrados.

Formulação de hipóteses

Hipóteses são, literalmente, o que o pesquisador considera que encontrará no campo, com base em seu referencial teórico. Em termos formais, uma hipótese é uma constatação sobre um fato. Embora se apresente como uma afirmação, ela não pretende comunicar uma observação comprovada. É apenas uma pronúncia provisória sobre um fenômeno empírico ainda não suficientemente investigado para apurar suas

características reais. Conforme a literatura especializada, a construção de uma hipótese acontece conforme três princípios:

1) a hipótese deve ser formalmente correta e não se apresentar “vazia” semanticamente; 2) a hipótese deve estar fundamentada, até certo ponto, em conhecimento anterior; [...] 3) a hipótese tem de ser empiricamente contrastável, por intermédio de procedimentos objetivos da ciência, ou seja, mediante sua comparação com os dados empíricos, por sua vez controlados tanto por técnicas quanto por teorias científicas (Marconi, Lakatos, 2006, p. 130).

Sendo uma suposição provisional, uma hipótese está sempre aberta para correções futuras. Uma hipótese conta com a possibilidade de que, quando se descobrir uma discrepância entre a afirmação e o fato em questão, ela será abandonada ou reformulada. Uma comparação entre as três frases seguintes, encontradas em Stark (2003, pp. 262-265), ajuda a entender melhor as especificidades semânticas de uma hipótese:

1. Movimentos religiosos devem manter o nível de fertilidade alto o suficiente para, pelo menos, compensar a taxa de mortalidade de seus membros.
2. Novos movimentos religiosos provavelmente terão sucesso se mantiverem um nível médio de tensão com o ambiente ao redor.
3. Quais características de líderes religiosos contribuem para o crescimento do grupo?

Apenas a segunda frase acima é uma hipótese, pois não articula nem uma demanda, nem uma dúvida. A primeira frase não possui falseabilidade/reprodutibilidade, e nem está aberta a possibilidade de ser abandonada. É, em outras palavras, um imperativo. A terceira frase, em contrapartida, está apresentada como uma pergunta. A hipótese é a resposta para a pergunta de pesquisa, e não a pergunta em si. Já a segunda frase meramente assume que a relação entre um grupo religioso e seu contexto social pode ser um fator que determina o futuro do grupo. Em termos mais abstratos: postula uma correlação entre duas variáveis, no sentido de *se “x”, então “y”* (Marconi, Lakatos, 2006, p. 130).

Organização do texto em pesquisas com fontes primárias

Um ponto importante que caracteriza a atitude teórica de cientistas da religião, para Platvoet (1982), é a diferenciação entre discursos êmicos e éticos⁴, com a utilização da perspectiva ética em nossa produção. Em resumo, a narrativa ética seria a que descreve os eventos observados pela perspectiva do cientista, enquanto a descrição êmica seria feita pelo olhar dos religiosos, o discurso interno. Essa distinção é a principal ferramenta teórica para salvaguardar a legitimidade científica nas pesquisas da ciência da religião (Hanegraaff, 1996, p. 6), e um dos pilares que constituem a própria objetividade acadêmica da disciplina (Platvoet, 1982, pp. 5-6).

4 Para maiores informações sobre a distinção êmico/ético, ver Stern (2020, pp. 146-149).

Para fortalecer essa distinção, alguns cientistas da religião sugerem uma separação estrita, na produção final da pesquisa (tese, dissertação, artigo etc.), entre uma seção para apresentar as fontes primárias encontradas (ênico) e uma seção para a interpretação acadêmica de tais dados de pesquisa (ético). Michael Pye (2009, 2013), por exemplo, sugere que todo estudo científico sobre religiões seja dividido em duas partes: (1) uma cujo foco está em caracterizar e entender o discurso ênico, apresentando os dados referentes ao objeto; e (2) uma para explicar tais dados, correlacionando-os com outros fatores extrarreligiosos. Na prática, separar na produção final as duas informações favorece aos leitores identificar, sem sombra de dúvida, o que é descrição da fala dos religiosos e o que é análise, favorecendo a reprodutibilidade do estudo.

No Brasil, até mesmo por conta da forte tradição antropológica no campo mais geral dos estudos sobre as religiões, essa separação estrita geralmente não ocorre. O mais comum aqui é que os pesquisadores apresentem os dados coletados e, no parágrafo sequencial, analisem aquilo que acabou de ser exposto, intercalando ambas as instâncias. Esse é um modelo muito próprio latino-americano de fazer ciências humanas, e pode ser uma escolha consciente do cientista da religião brasileiro ao pesquisar. Contudo, o estudante precisa deixar muito claro ao leitor o que é do discurso ênico e o que é da análise científica. Adotando o modelo latino-americano, você terá mais trabalho para clarificar essa distinção. Vale lembrar que quanto mais claro o estudante se fizer perceber, maior será o valor científico de seu trabalho final. A proposta de separação dos tipos de discurso em duas seções independentes, ainda que não obrigatória, tende a promover essa clareza.

Descrição da metodologia

Para um estudo contemplar integralmente a descrição metodológica e permitir falseabilidade, as seguintes delimitações precisam estar explicitamente detalhadas: (1) o nível de profundidade, (2) a inferência, (3) a abordagem, (4) a amostragem, e (5) o procedimento da pesquisa⁵. Embora algumas dessas etapas possam ser dispensadas em disciplinas não científicas, como a teologia ou a filosofia, se um cientista da religião quiser ter seu trabalho classificado como ciência, deve informar todos esses passos em seus estudos.

Sobre o nível de profundidade, o pesquisador precisa determinar o grau de objetividade de seu estudo. Isso depende do número de variáveis que a pesquisa englobará. Trabalhos de diferentes níveis acadêmicos pedem diferentes níveis de profundidade. Embora uma pesquisa exploratória seja aceita em um trabalho de iniciação científica, ela não será suficiente como produção final de uma tese de doutorado.

A inferência diz respeito ao objetivo principal do estudo, sendo mais bem entendida em relação com a teoria peirceana de classificação das ciências. Peirce (2012) entendeu que existem dois ramos principais na ciência: (1) um ramo teórico-empírico, com

⁵ Maiores considerações sobre cada um desses cinco critérios podem ser encontradas em qualquer manual de metodologia científica (p. ex. Creswell, 2007; FAPESP, 2014; Gil, 2017; Halpern et al., 2007; Marconi, Lakatos, 2006; Moresi, 2003; Severino, 2018; Stausberg, Engler, 2011).

sub-ramos de descoberta e revisão, e (2) um ramo prático. Uma pesquisa, seja sobre qual assunto for, está no ramo teórico-empírico⁶. Logo, ao construir o projeto de pesquisa, o estudante precisa identificar se o seu estudo se encaixa no *sub-ramo de descoberta* ou no *sub-ramo de revisão*. No primeiro, ele trabalhará com informações novas e coletará dados diretamente das fontes primárias. No segundo, sistematizará estudos prévios, reorganizando as fontes secundárias para chegar a uma nova conclusão.

No sub-ramo de descoberta, o cientista trabalha por *indução*, um tipo probabilístico de inferência fortemente pautado em dados concretos verificáveis. Para não forçar as interpretações sobre o objeto, as quais precisarão emergir do campo, esse tipo de inferência exige que somente *a posteriori* se pensem em categorias de análise. Em outras palavras, é um tipo de estudo que serve como alicerce à construção de novos conhecimentos, mas exige muito mais experiência do pesquisador e cuidado com o método para que não ocorra um mascaramento dos dados. Na ciência da religião, esse tipo de estudo é classificado internacionalmente como parte dos *estudos empíricos da religião* (Wach, 2018).

No sub-ramo de revisão, a abordagem muda, e as categorias de análise são selecionadas *a priori*. Um estudo científico de revisão exige que as categorias a ser encontradas sejam elencadas *antes* de o pesquisador se debruçar sobre o material a ser analisado (Ercole, Melo, Alcoforado, 2014). Nesse sentido, nos estudos de revisão o pesquisador trabalha por *dedução*. Na ciência da religião, esse tipo de estudo é classificado internacionalmente como parte do ramo dos *estudos sistemáticos da religião* (Wach, 2018).

Sobre a *abordagem*, nenhuma ciência usa apenas uma abordagem, visto que diferentes objetivos demandam diferentes enfoques de pesquisa. O estudante não deve presumir que todo estudo sobre religiões será “naturalmente” qualitativo. A supremacia entre abordagens qualitativas ou quantitativas não é considerada uma boa prática científica, pois ambas são importantes, podendo ser mais ou menos adequadas de acordo com o propósito de cada estudo. Um acadêmico que só sabe fazer uma abordagem de pesquisa não é um cientista completo.

Segundo Creswell (2007), se o objetivo do estudo é analisar palavras, conceitos, valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, valorizando peculiaridades e especificidades, nesse caso a abordagem qualitativa realmente é mais indicada. Todavia, a pesquisa qualitativa não permite elaborar quadros de previsibilidade, nem declarar se a correlação dos eventos foi assimétrica, causal ou, de fato, condizente com a realidade da população mais ampla. A construção de teorias gerais ou a extrapolação estatística dos dados para conclusões sobre uma população em sua totalidade são inferências possíveis apenas no enfoque quantitativo. Mas esses dados só estarão disponíveis para o teste matemático se tiverem sido levantados antes por uma pesquisa qualitativa. Em resumo, a pesquisa qualitativa depende da pesquisa quantitativa para permitir conclusões mais precisas e cientificamente reconhecíveis, assim como a pesquisa quantitativa precisa dos resultados qualitativos para a identificação das variáveis que serão testadas pela estatística. Sem essa interdependência, a cadeia de produção do conhecimento científico fica maculada.

6 O ramo prático se relaciona à aplicabilidade e, portanto, trata de projetos de intervenção, e não de pesquisa.

A escolha da *abordagem* influenciará diretamente a amostragem. Em todo estudo, seja ele apenas bibliográfico ou aplicado em seres humanos, o cientista deve especificar a metodologia de amostragem e as informações de delimitação sobre as pessoas ou objetos que participarão da pesquisa. Se o estudo é bibliográfico, a amostragem diz respeito às próprias fontes secundárias às quais o cientista utilizará. Portanto a “população”, nesses casos, é o total de obras sobre o assunto, e a amostra é o escopo que foi analisado de fato. O cientista deve explicitar formalmente quem é a população e qual seu tamanho, para então, tendo por base a população total, declarar o tamanho e o tipo de amostra.

Uma pesquisa quantitativa usualmente precisará de uma amostra muito maior para ter algum tipo de relevância estatística, algo que é feito através de cálculos próprios. Tais cálculos seguem modelos que são mais ou menos adequados de acordo com as premissas da pesquisa. A construção de modelos estatísticos consiste em uma disciplina inteira dentro da matemática, motivo pelo qual seria impossível explicá-la nesse artigo. Entretanto, àqueles que precisam de uma ferramenta de pesquisa que não seja nem muito simplória (a ponto de perder o crivo científico), mas também não tão avançada (a ponto de não permitir a compreensão do neófito), a USP disponibiliza uma calculadora de amostragem gratuita, com explicações sobre o significado de cada campo (cf. Lauris, [s/d]).

Já nas pesquisas qualitativas, Creswell e Clark (2015) citam que o número ideal varia de 1 a 30, sendo 1 ou 2 participantes um número suficiente para trabalhos como estudos de caso, e de 10 a 30 para os outros tipos de trabalho. Um critério que tem sido muito utilizado pela antropologia e que também pode ser adotado pela ciência da religião diz respeito à saturação. Quando as respostas começam a se repetir sem apresentar novidades, considera-se encerrar a coleta de dados por já se ter dados suficientes.

Por fim, os *procedimentos* dizem respeito à delimitação do processo de coleta e análise de dados, descrevendo sucintamente as técnicas e testes estatísticos (se aplicável) que serão utilizados através de justificativa adequada para tais instrumentos. Evidentemente, essa análise deve ser coerente com a natureza da pesquisa. Em outras palavras, se o estudante optou por uma pesquisa qualitativa, por exemplo, não pode esperar que seus procedimentos extrapolem interpretações sobre toda a população. Somente pesquisas quantitativas permitem isso.

Quanto à apresentação dos resultados da pesquisa, usualmente é considerada ideal, em caso de utilização de técnica de entrevista ou formulário, a apresentação do roteiro ou modelo do mesmo, seja na íntegra, como apêndice ao final, seja na própria descrição do método de pesquisa. Já em caso de pesquisa documental, uma planilha ou formulário com as variáveis de catalogação podem ser anexada no lugar. Tais documentos aumentam muito o potencial de falseabilidade do estudo, deixando-o mais alinhado à práxis padrão da ciência.

Considerações finais

Esse texto propositivo não objetiva esgotar as discussões em ciência da religião a respeito de metodologia e reprodutibilidade. Muito pelo contrário, desejou-se, com ele, estimular maiores discussões técnicas sobre o assunto no Brasil. Entendemos que, até o momento, o coletivo de pensamento da ciência da religião brasileira tem se debruçado

em excesso sobre discussões sobre categorias (O que é religião? O que é sagrado? etc.), mas despendeu poucas energias em criar propostas pragmáticas de como operacionalizar tais categorias na práxis cotidiana de seus cientistas.

Nesse sentido, convidamos os colegas a escreverem mais sobre o assunto, inclusive para discordar das proposições aqui apresentadas. Sendo a ciência um método cumulativo de conhecimento que cresce através do escrutínio pelos pares, debatermos mais essa temática não apenas fortalecerá nosso entendimento sobre metodologia científica para estudar as religiões, como também permitirá um maior amadurecimento e avanço da própria ciência da religião no Brasil.

Referências

BAHIA, Suellen de Fátima Pereira. Entrevista com Fábio L. Stern, cocriador do Seminário de Ciência da Religião Aplicada (SEMCREA). In: STERN, Fábio L.; COSTA, Matheus Oliva (Orgs.). *Ciência da religião aplicada: ensaios pela autonomia e aplicação profissional*. Porto Alegre: Fi, 2018, pp. 197-214.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BRASIL. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Altera o Art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas redes públicas de ensino do país. Projeto de Lei 309/2011. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491602&ord=1>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Ficam inseridos na grade curricular das redes pública e privada de ensino, conteúdos sobre criacionismo. Projeto de Lei 8099/2014. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=777616>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a inclusão do ensino da Bíblia nos ensinos fundamental e médio da educação básica. Projeto de Lei 943/2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1190656&ord=1>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Acrescenta um parágrafo 10 ao Art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, para incluir a “teoria da criação” na base curricular do ensino fundamental e médio. Projeto de Lei 5336/2016. Brasília: Câmara dos

Deputados, 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085037>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir “Estudo da Bíblia Sagrada” como disciplina obrigatória no currículo do ensino fundamental e médio do Brasil. Projeto de Lei 9164/2017. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2163154>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COSTA, Matheus Oliva. Ciência da religião aplicada como o terceiro ramo da Religionswissenschaft: história, análises e propostas de atuação profissional. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019, pp. 46-90.

COSTA, Matheus Oliva; MARCHINI, Welder Lancieri. Confusões e demarcações: um estudo tipológico das produções de eventos acadêmicos de ciência da religião e teologia no Brasil. *Sacrilegens, Juiz de Fora*, v. 14, n. 1, pp. 70-89, 2017.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo, e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. Pesquisa de métodos mistos. Porto Alegre: Penso, 2015.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus Revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte*, v. 18, n. 1, pp. 9-11, 2014.

FAPESP. Código de boas práticas científicas. São Paulo: FAPESP, 2014.

FOUREZ, Gérard. A construção das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

GEERTZ, Armin W. Global perspectives on methodology in the study of religion. In: HUGHES, Aaron W. (Org.) *Theory and method in the study of religion*. Leiden: Brill, 2013. pp. 275-297.

GIL, António C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

HALPERN, Faye; LEWIS, Thomas A.; MONIUS, Anne; ORSI, Robert; WHITE, Christopher. A guide to writing in religious studies. Cambridge: Harvard College, 2007.

HANEGRAAFF, Wouter J. Introduction. In: HANEGRAAFF, Wouter J. *New Age religion and Western culture: Esotericism in the mirror of secular thought*. Leiden: Brill, 1996. pp. 1-20.

HANEGRAAFF, Wouter J. Espiritualidades da Nova Era como uma religião secular: a perspectiva de um historiador. *Religare*, João Pessoa, v. 14, n. 2, pp. 403-424, 2017.

HANSSON, Sven Ove. Science and pseudo-science. In: ZALTA, Edward N. (Org.). *Stanford encyclopedia of philosophy*. 2017. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/pseudo-science/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HARVEY, Graham. Field research: participant observation. In: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven (Orgs.). *The Routledge handbook of research methods in the study of religion*. London; New York: Routledge, 2011, pp. 217-244.

LAURIS, José Roberto Pereira. Cálculo amostral. São Paulo, [s/d]. Disponível em: <<http://calculamostral.bauru.usp.br/calculoamostral/index.php>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

LEITE, Ana Luisa Posperi. Interfaces entre ciência e terapias holísticas. In: STERN, Fábio L.; GUERRIERO, Silas (Orgs.). *Terapias holísticas: uma análise do sistema médico da Nova Era*. São Paulo: Educ, 2020. pp. 79-111.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2006.

McCUTCHEON, Russell T. (Org.). *The insider/outsider problem in the study of religion*. London; New York: Continuum, 1999.

MERTON, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.

MORESI, Eduardo. *Metodologia da pesquisa*. Brasília: UCB, 2003.

MURPHY, Timothy M. Ciência da religião como discurso colonialista: o caso de Rudolf Otto. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 329-349, 2018.

PEIRCE, Charles Sanders. Sobre la ciencia y las clases naturales. In: HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (Orgs.). *Obra filosófica reunida: Tomo II (1893-1913)*. Cidade del México: Fondo de Cultura Económica, 2012. pp. 170-189.

PLATVOET, Johannes Gerhardus. *Comparing religions: a limitative approach*. Den Haag: Mouton, 1982.

POPPER, Karl Raymund. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. New York: Basic Books, 1962.

POPPER, Karl Raymund. *A lógica da pesquisa científica*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

POPPER, Karl Raymund. *Lógica das ciências sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

ROOF, Wade Clark. Research design. In: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven (Orgs.). *The Routledge handbook of research methods in the study of religion*. London; New York: Routledge, 2011, pp. 68-80.

SANTOS, Rodrigo Oliveira. *Ciência da religião aplicada ao ensino religioso*. In: STERN, Fábio L.; COSTA, Matheus Oliva (Orgs.). *Ciência da religião aplicada: ensaios pela autonomia e aplicação profissional*. Porto Alegre: Fi, 2018, pp. 161-181.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SHEEDY, Matt. Ateísmo metodológico vs. agnosticismo metodológico. *Último Andar*, São Paulo, n. 29, pp. 295-303, 2016.

STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven (Orgs.). *The Routledge handbook of research methods in the study of religion*. London; New York: Routledge, 2011, pp. 217-244.

STARK, Rodney. *Why religious movements succeed or fail: a revised general model*. In: DAWSON, Lorne L. *Cults and new religious movements: a reader*. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 259-270.

STERN, Fábio L. Os reflexos da falta de estruturas formais na ciência da religião aplicada do Brasil. *Relegens Thréskeia*, Curitiba, v. 7, n. 2, pp. 1-17, 2018.

STERN, Fábio L. *Metodologia em ciência da religião*. *Relegens Thréskeia*, Curitiba, v. 9, n. 1, pp. 138-160, 2020.

STERN, Fábio L.; COSTA, Matheus Oliva. Metodologias desenvolvidas pela genealogia intelectual da ciência da religião. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, pp. 8-30, 2017.

USARSKI, Frank. Algumas considerações sobre as interações entre ciência e religião. In: USARSKI, Frank. *Constituintes da ciência da religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006, pp. 123-132.

USARSKI, Frank. História da ciência da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Orgs.) *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2013, pp. 51-61.

VÁSQUEZ, Manuel A. *More than belief: a materialist theory of religion*. New York: Oxford University, 2011.

WACH, Joachim Ernst Adolphe Felix. Os ramos da ciência da religião. REVER: Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 18, n. 2, pp. 233-253, 2018.

WIEBE, Donald. Religião e verdade: rumo a um paradigma alternativo para o estudo da religião [ciência da religião] . São Leopoldo: Sinodal, 1998, pp. 86-90.

Recebido em: 30/12/2020

Aprovado em: 26/03/2021

Conflito de interesses: Um dos autores faz parte da comissão editorial da REVER. Apesar disso, o artigo passou normalmente por todas as etapas de avaliação, e com autoria omitida, foi encaminhado para quatro pareceristas (o dobro do que geralmente a REVER exige), de quatro estados diferentes e com formações em áreas distintas. Três dos quatro pareceristas retornaram com um parecer positivo. A quarta pessoa convidada não emitiu qualquer parecer sobre o texto, sendo, portanto, desconsiderada.

Editor: Suzana Ramos Coutinho.